

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	0005643-07.2011.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Indenização por Dano Material
Requerente:	Tatiana Botta Tonissi
Requerido:	Adriana Agostinho e outro

TATIANA BOTTA TONISSI ajuizou ação contra **ADRIANA AGUSTINHO E OUTRO**, pedindo a rescisão de contrato de prestação de serviços, a devolução da quantia já paga e indenização por dano moral. Alegou, para tanto, que contratou as rés para a execução do projeto de um prédio residencial, o qual sistematicamente apresentava erros e exigia uma incomum participação da contratante, pelo que almeja a rescisão do contrato, o reembolso da importância paga e indenização por dano moral.

As rés foram citadas e contestaram o pedido (fls. 291/345), preliminarmente apontando a necessidade de o marido da autora integrar o polo ativo da relação processual e carência de ação. Quanto ao mérito, afirmaram a inexistência de falha ou defeito na prestação de serviços.

Ao mesmo tempo, reconvieram (fls. 122/142), alegando que houve rescisão unilateral do contrato e indevida alteração do projeto apresentado, justificando a condenação da autora ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais.

Manifestou-se a autora-reconvinda.

Foi infrutífera a tentativa de conciliação (fls. 665).

O processo foi saneado (fls. 665), repelindo-se as preliminares arguidas, afastando a hipótese de formação de litisconsórcio necessário ativo e indeferindo o processamento da reconvenção no tocante à pessoa de Giovani Webster Massimini.

Deferiu-se a produção de provas pericial e testemunhal.

Realizou-se a prova pericial, vindo aos autos o respectivo laudo.

Realizou-se a audiência instrutória, com a inquirição de duas testemunhas.

Encerrada a instrução, a autora reportou-se aos termos das alegações constantes da petição inicial, enquanto as rés apresentaram alegações finais escritas, cotejando a prova e ratificando os termos da defesa.

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É o relatório.**Fundamento e decidido.**

Foram dois os projetos elaborados pelas rés-reconvintes, um primeiro do valor de R\$ 13.744,00, envolvendo uma área de 917,00 m², outro de R\$ 3.650,00, envolvendo área de 730,00 m² (fls. 20).

A contratação do segundo projeto paralisou o primeiro.

O perito judicial constatou que a edificação foi erguida de forma compatível com o segundo projeto, ocupando os lotes 271, 272 e 273. No lote 270 foi construída uma piscina (fls. 910).

Ressalvadas algumas alterações, a edificação obedece a configuração do segundo projeto. *As alterações se restringem à entrada social, home theater, varanda e garagem, cujas dimensões sofreram algumas modificações* (fls. 910).

As arquitetas efetuaram os estudos preliminares e o anteprojeto. Mas a conclusão da terceira etapa, qual seja, o projeto básico de execução, haveria necessidade de fazerem várias correções, pois o perito judicial constatou imperfeições, falhas, arroladas no laudo, a fls. 912/913, tanto na planta baixa do pavimento térreo, quanto na planta baixa do pavimento superior e em cortes. No anexo 1 o perito ilustra as falhas detectadas (fls. 942).

O perito judicial também constatou incompatibilidades com os projetos em 3-D, com incoerências no telhado e aos vãos de janela do pavimento superior (fls. 915).

O perito judicial estimou em 40% do total os serviços efetivamente executados e considerou não concluído o serviço 3-D (fls. 919 e 926). O esboço 3-D não corresponde fielmente ao projeto e deve ser refeito integralmente (v. Fls. 926, última frase).

O tempo decorrido foi demasiadamente longo e não permite acolher a justificativa das rés-reconvintes, de que aguardaram instruções da autora.

Fato é que, sem conclusão do trabalho, não merecem as rés-reconvintes o pagamento do saldo contratual.

O pagamento deve ser proporcional ao trabalho executado, sob pena de enriquecimento ilícito.

Houve quebra de confiança entre as partes, o que acarretou o fim da relação profissional, independentemente de discutir-se culpa. Não haverá então incidência de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

multa, inclusive porque não houve contrato firmado a respeito.

De outro lado, tenho por plausível e correto o entendimento sustentado pelo assistente técnico da autora. Com efeito, houve contratação de um segundo projeto, quando o primeiro sequer estava concluído, e com significativa diferença de preço entre ambos, permitindo a conclusão de um acerto para compensar o custo do primeiro (v. Fls. 20). Bem por isso a anotação na justificativa do Projeto 2, de que *por se tratar de um novo projeto, propõe-se a ser pago o valor referente apenas ao estudo preliminar porém com alguns itens o qual não foram executados no primeiro projeto. Além desses itens, não podemos oferecer o projeto de interior em 3-D tendo um custo adicional de R\$ 1.000,00 para a execução* (sic). Por isso, o saldo favorável à autora é de R\$ 9.236,80, conforme as considerações acrescidas a fls. 978.

Sem direito, a autora, ao reembolso do valor dos honorários pagos para outra profissional, pois deveria pagá-los a alguém, sejam as rés, se houvessem executado o trabalho, seja para a pessoa que efetivamente os prestou.

Não se depreende constrangimento moral para a autora, senão um aborrecimento decorrente do insucesso e da insatisfação quanto aos serviços prestados pelas rés.

A autora fica em parte dos pedidos, o que acarretará responsabilidade por despesas processuais.

A autora-reconvinda pagou uma parte do serviço prestado e tem direito ao resultado desse mesmo serviço, naquilo que foi executado. É sem propósito pretenderem, as rés-reconvintes, a paralisação da obra (fls. 127) ou indenização pelo suposto apossamento do projeto (fls. 128, 129 e 142), inclusive porque a continuidade por outra profissional consistiu na execução de tarefas técnicas, para atendimento de aprovação e posturas, sem apoderamento da idéia criativa de outrem, lembrando sempre que uma parte do serviço estava executada e cujo pagamento será assegurado, tal qual a etapa concluída, 40%. Aliás, ao tempo do prosseguimento do projeto, por outra pessoa, Rosa Maria de Mattos Moraes, o valor dos honorários profissionais estava pago praticamente por inteiro, e não se sustenta a pretensão das rés, sobre ter havido apropriação indevida das obra intelectual. Afinal, elas foram contratadas exatamente para entregarem o resultado de suas idéias. Se houve erro de Rosa Maria (fls. 1.011), resume-se à ética profissional, a ser analisada perante o órgão de classe. Lembra-se, ademais, de erros existentes no projeto, os quais precisavam ser corrigidos, para continuação do empreendimento.

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido inicial** e, por consequência da rescisão do contrato de prestação de serviços, condeno as rés **CAMILA BERTACINI ALMAS DE JESUS** e **ADRIANA AGUSTINHO DE SOUZA** a pagarem para

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

TATIANA BOTTA TONISSI a importância de R\$ 9.236,80, com correção monetária desde setembro de 2010 e juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial. Responderão, também, pelo pagamento de metade das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios fixados em 15% do valor da condenação.

Condeno a autora ao pagamento de metade das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e dos honorários advocatícios do patrono das rés, fixados em 15% sobre o valor do qual decaiu, considerando como base de cálculo o valor de R\$ 24.518,20, atualizado a partir da época do ajuizamento da ação (considere-se o valor indenizatório almejado, R\$ 23.755,00 – fls. 13, deduzindo-se o valor acolhido – R\$ 9.236,80 – e acrescido de R\$ 10.000,00 de hipotéticos danos morais rejeitados).

Ao mesmo tempo, **rejeito os pedidos apresentados na reconvenção** e condeno as reconvintes ao pagamento das custas e despesas processuais atinentes à reconvenção, bem como dos honorários advocatícios da patrona da reconvinda, fixados em 10% sobre o valor do pedido (R\$ 20.405,00), com atualização monetária desde a data do ajuizamento.

A execução das verbas processuais, perante as beneficiárias da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 02 de maio de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA